

Perspetivas de evolução da Televisão Digital Terrestre em Portugal

Conferência sobre TELEVISÃO DIGITAL TERRESTRE: UMA SOLUÇÃO URGENTE

Assembleia da República, Lisboa, 24 de maio de 2016

Pedro Jorge Braumann

e-mail: pjbraumann@mail.telepac.pt

Professor da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa

A história da TDT em Portugal


1.º Concurso Público

- Em Portugal a TDT foi vista pela entidade reguladora (ANACOM) como uma plataforma concorrencial com o cabo.
- Interligar a televisão digital terrestre com um sistema de difusão por microondas, ou “cabo sem fio” (LMDS - Local Multipoint Distribution System).
- Abertura do concurso em Abril de 2001 e atribuição da licença a PTDP (Plataforma Digital Portuguesa) em Agosto de 2001. Lançamento previsto primeiro para Agosto de 2002 e depois adiado para 1 de Março de 2003. Revogação da licença em Março de 2003.

2.º Concurso Público

- **Atribuição, em 2008, de 6 multiplexers**
- **Numa cobertura de âmbito nacional → *Multiplexer A***, destinada à transmissão digital dos serviços de programas analógicos e de um novo a licenciar, bem como de um serviço de programas em alta definição partilhado → 1 MUX em aberto (RTP1 + RTP2 + SIC + TVI + 5.º Canal + 1 Canal HD ; e
- **Em duas coberturas de âmbito nacional, a que estarão associados os *Multiplexers B e C***, e três coberturas de âmbito parcial do território continental, a que estarão associados os *Multiplexers D, E e F*, destinadas à transmissão de serviços de programas televisivos pagos.
- A PT ganhou os 2 concursos, vindo a desistir da plataforma paga e arrancado com o Mutiplexer A gratuito em abril de 2009, ocorrendo o Switchoff (apagão analógico) final em 26 de abril de 2012.

Evolução do mercado de televisão por subscrição em Portugal

- Número de subscritores de Televisão no final de 2015: 3,517 Milhões
- Operadores de Televisão por subscrição e quota de mercado no final de 2015:
- Nos – 43,8%  **84,5% - Mercado concentrado**
- MEO – 40,7%
- Vodafone – 10,2%
- Cabovisão – 5,1%
- Outros – 0,2%

Penetração atual da TDT em Portugal

Dados ANACOM - final de 2015

- (Número de assinantes/Número de alojamentos familiares clássicos) X 100 – Assinantes não residenciais = 86,1 % - 9,3 % = 76,8% → Cerca de **23,2%** dos lares apenas tem acesso a TDT, sem considerar segundas residências, casas de férias, emigrantes e utilização noutros televisores, nos lares que têm televisão por subscrição.

Dados do Estudo Universidade Católica/GFK para a ERC (As Novas Dinâmicas do Consumo Audiovisual em Portugal) – Setembro de 2015

- Penetração da TDT de 24,3% com margem de erro de 3,07% → Entre **21,23% e 27,37%**.

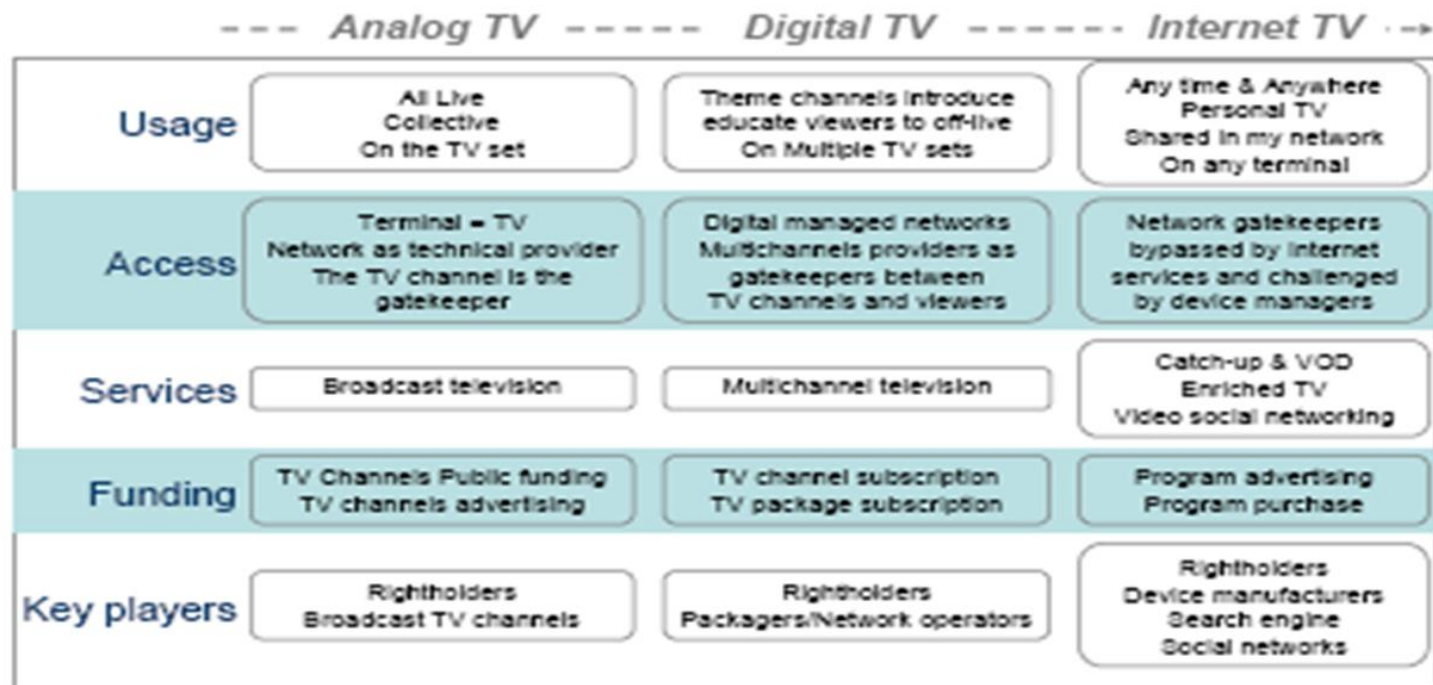
A TDT é a única forma de acesso regular à televisão para 1 milhão de lares e perto de 2,5 milhões de pessoas.

O Serviço Público de Media e a TDT

- O debate sobre o futuro do Serviço Público de Media para além de filosófico, ideológico e cultural, não deve esquecer o papel do Estado e do setor público na satisfação das necessidades individuais e sociais.
- A preocupação atual e futura do Estado não se deve limitar ao desenvolvimento de políticas culturais e sociais tradicionais, ou com a liberdade da comunicação, mas cada vez mais com o papel das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação no desenvolvimento de uma nova Sociedade Digital no quadro da Agenda 2020 na UE.
- Como plataforma de acesso livre, a TDT joga um papel fundamental na oferta de um serviço universal.
- A presença alargada dos serviços de programas (canais) de serviço público, nomeadamente novos serviços de programas temáticos, desempenha na maioria dos países europeus um papel fundamental no desenvolvimento da TDT, que tem sido esquecido em Portugal.

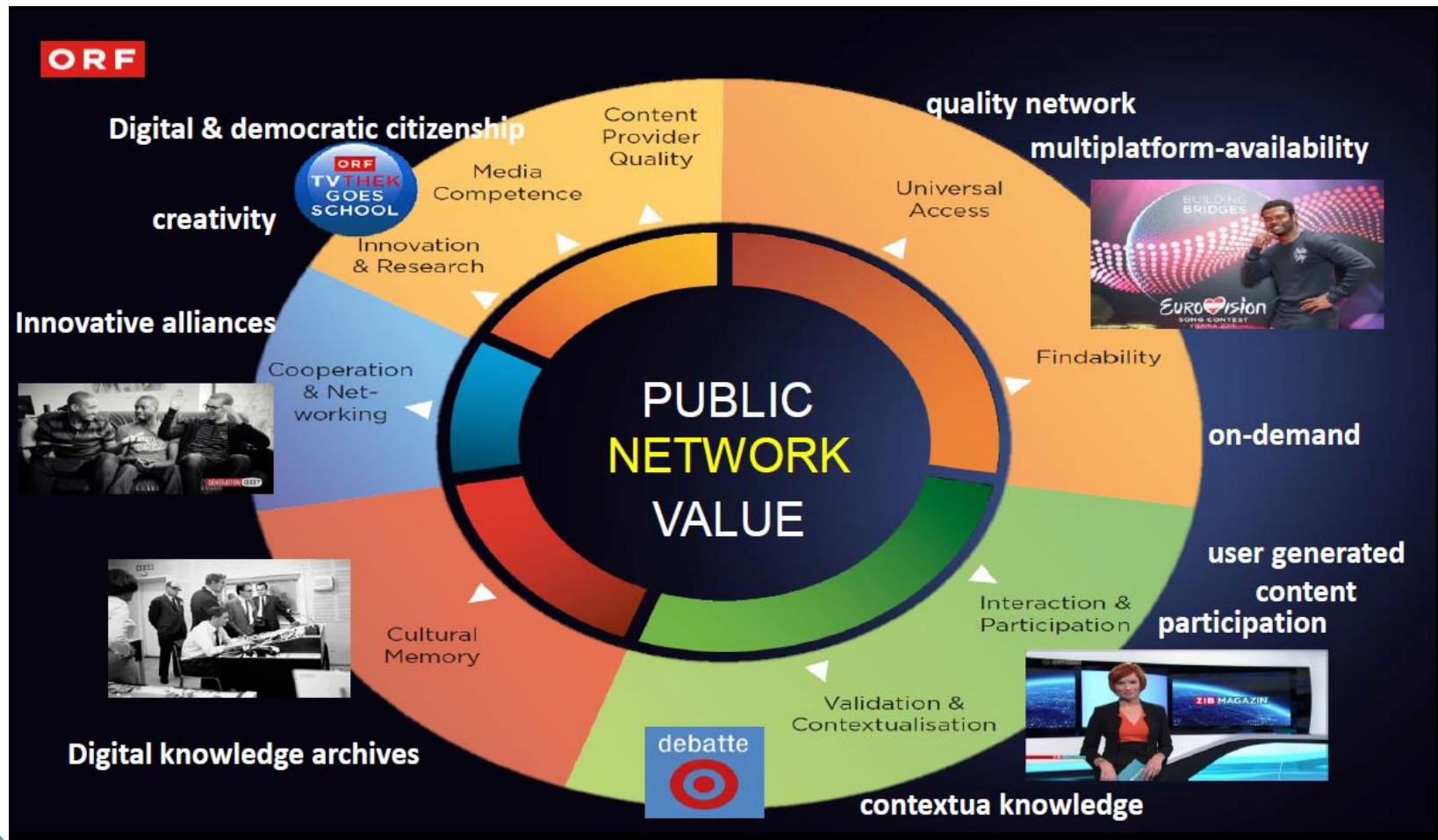
As Três Fases de Evolução da Televisão

The three phases of the TV sector's evolution:



Source: IDATE

O Novo Serviço Público de Media e em Rede



Alguns Desafios Futuros

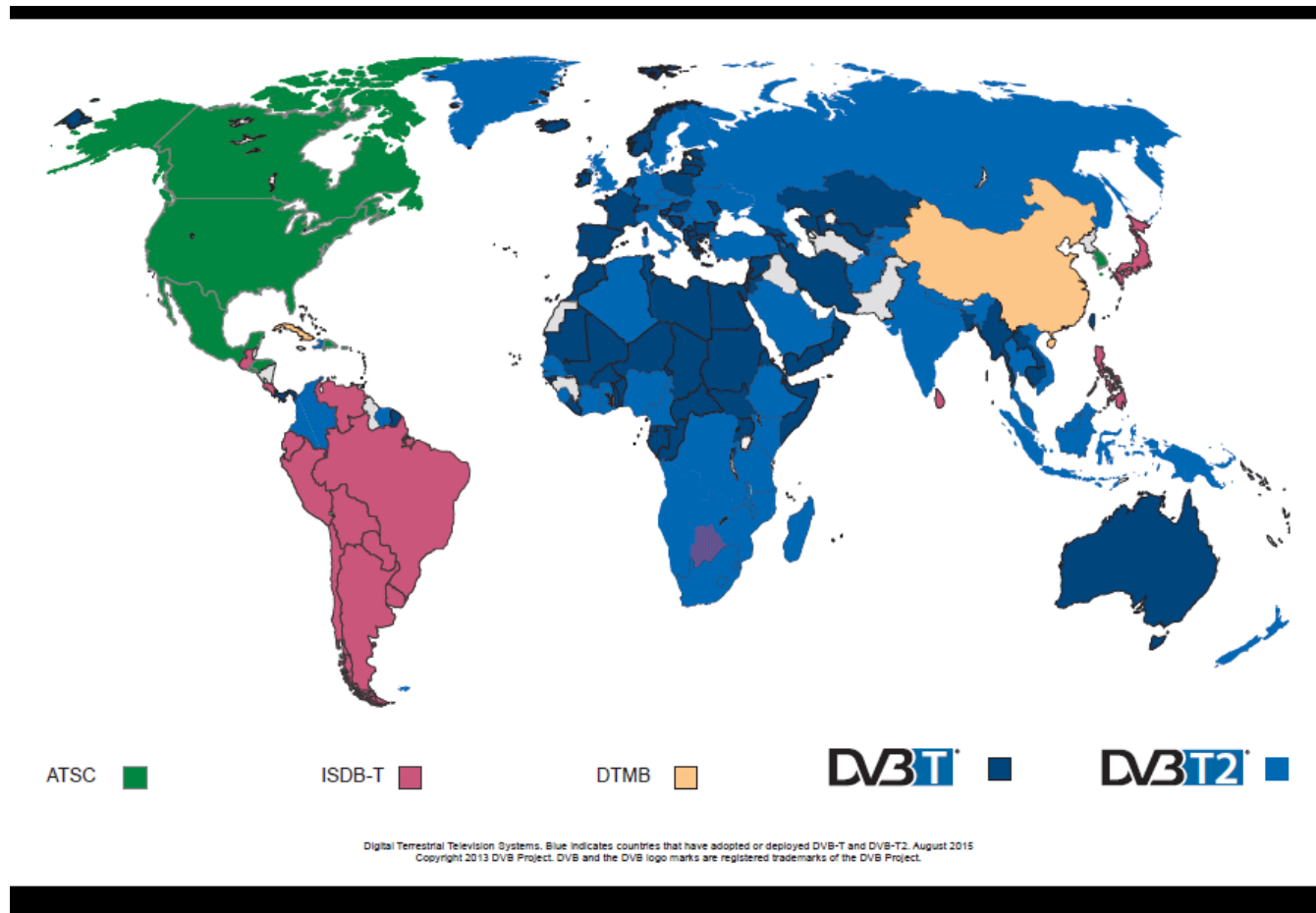
- O Serviço Público de Media Global e em Rede deverá estar disponível onde os cidadãos tiverem acesso aos conteúdos, ou seja em todas as plataformas e tipos de terminais, adaptando-se ao novo paradigma digital, mas sobretudo sendo um dos principais atores da nova sociedade digital.
- **No futuro será necessário um Serviço Público de Media e em Rede cada vez mais flexível, mais eficiente, com melhores serviços e com menos custos, capaz de dinamizar o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento, assumindo um papel chave na distribuição de conteúdos em diferentes plataformas e terminais de acesso.**

Haverá futuro para a TDT?

- A sustentabilidade do modelo de desenvolvimento da TDT e a criação de condições de mercado, deverá ser suportada num conjunto de fatores integrados, que aparentemente parecem esquecidos na nossa regulação, a exemplo do que ocorreu noutros países europeus, nomeadamente do alargamento da oferta dos serviços de programas e a passagem para o HD.
- Será também necessário definir claramente um modelo económico que proteja as necessidades atuais e futuras do setor audiovisual para a utilização dos multiplexers disponíveis e ainda não explorados, atendendo a evolução tecnológica, desenvolvimento da DVB-T2, bem como definir o plano de disponibilização do Dividendo Digital II e o interesse público.
- **Necessidade de uma boa regulação e concertada (ANACOM/ERC) de forma a desenvolver o mercado audiovisual e o interesse público.**

- O sucesso da plataforma de TDT depende de vários fatores, nomeadamente:
 - Tornar a oferta de serviços de programas (canais) mais atrativa;
 - Evoluir para a DVB-T2 e nova norma de compressão do sinal, passando do MPEG-4 para o HEVC;
 - Tornar os preços de utilização da rede de difusão mais atrativos;
 - Alargar a capacidade concorrencial da TDT, num mercado atual muito controlado pelos operadores de televisão por subscrição;
 - Criar um novo modelo de negócios sustentável para a TDT
 - Alargamento da oferta de multiplexers, aumentando de 1 para 3 e em DVB-T2, dadas as atuais limitações do Multiplexer A, com novos serviços de programas temáticos e serviços não lineares;
 - Prever um calendário de evolução da DVB-T para a DVB-T2 entre 3 e 6 anos.

Sistemas de TDT no Mundo



Capacidade de Utilização do MUX A com DVB-T

- Capacidade do MUX A - 19,91 Mbps
- 4 Serviços de Programas em SD (RTP1, RTP2, SIC e TVI) – $4 \times 2,374 \text{ Mbps} = 9,496 \text{ Mbps}$
- ARTV em SD 1,928 Mbps
- Total ocupado no MUX A: $9,496 + 1,928 \text{ Mbps} = 11,424 \text{ Mbps}$
- Sobra de $19,91 - 11,424 = 8,486 \text{ Mbps}$
- **Serviços de programas possíveis com qualidade técnica idêntica aos atuais – 3,57 → 4 ?**

- Necessário assegurar disponibilidade do espectro hertziano, para garantir segurança e estabilidade, promover a inovação e assegurar investimento a longo prazo;
- Evolução da TDT depende do Governo/Assembleia da República, Indústria, Stakeholders e telespetadores;
- TDT é uma plataforma fundamental para oferta de televisão e entretenimento, considerada com futuro em toda a Europa.

Mercado em Portugal versus mercado na Europa

- No final de 2014 havia na UE mais de 500 serviços de programas nacionais ou internacionais gratuitos, mais de 500 serviços de programas pagos 1.000 serviços de programas regionais e locais;
- Alguns países com serviços de televisão conectada/híbrida (Ex: Turquia e Rússia) ou serviços interativos (ex. Reino Unido);
- A multiplexagem e transporte do sinal são controlados em Portugal por um único operador (Meo);
- Portugal é um dos países com menos multiplexers, apenas 1 e sem oferta regionalizada;
- Portugal é o país com menos serviços de programas (canais) - 5 e sem oferta em HD;
- Em muitos países europeus existe oferta de televisão por subscrição;
- Em Portugal nem se fala da de evolução da DVB-T para a DVBT-2 (que aumenta pelo menos em 50% a capacidade dos mutiplexers e permite transmissões para plataformas móveis);

- Se a plataforma evoluir em Portugal será possível ter novas Set-Top-Box mais avançadas que permitem acesso a conteúdos não lineares, serviços interativos e gravações agendadas);
- Portugal tem uma das taxa de cobertura populacional mais baixas da Europa (92,5%), sendo habitual valores entre 95 e 99%;
- Custo da difusão por multiplexer é mais alto em Portugal do que a média europeia;
- O alargamento da oferta do Serviço Público em Portugal pode desempenhar um papel fulcral para o aumento da diversidade, tal como o ocorreu noutros países;
- Mais multiplexeres assegurariam em Portugal economias de escala e baixa de custo de emissão por serviço de programas (canal);

Aspectos críticos a considerar

- Cobertura de TDT, atualmente 92,5% da população, dificilmente pode ser idêntica à da televisão analógica terrestre, sem elevados custos;
- A opção da cobertura por rede SFN (Single Frequency Network) e não MFN (Multi-Frequency Network) foi crítica e responsável por muitos dos problemas de cobertura;
- Integrar todos os 8 serviços de programas (canais) da RTP na TDT depende da existência de novos multiplexers ou a passagem a DVB-T2.
- Na Consulta Pública lançada pela ANACOM e referente às Orientações Estratégicas para o Plano de Atividades 2017-2019, é significativo que a única preocupação explícita referente a TDT seja:

Acompanhar e assegurar o cumprimento das obrigações do operador da plataforma de televisão digital terrestre (TDT);

- No Relatório Qualidade de Serviço TDT – análise dos Dados Recolhidos pela Rede de Monitorização Nacional de Sondas TDT da ANACOM - 4.º Trimestre de 2015, a principal conclusão é que a qualidade do sinal foi muito boa, com valores de disponibilidade do serviço próximas dos 100% (99,66%) e nível de estabilidade do serviço quase sempre elevada, tendo apenas o distrito de Setúbal tido valores considerados aceitáveis.
- No referente ao Dividendo Digital: A libertação da sub-faixa 790-862 MHz (dividendo digital 1) → Libertação da sub-faixa 694-790 Mhz (dividendo digital 2) para 2020, podendo ser adiada até 2022 → Faixa 470-694 MHz, disponível para TDT até 2030, podendo ser partilhada com redes móveis de banda larga.

Conclusão

- A evolução da plataforma de TDT deve, a exemplo dos restantes países europeus, ser estimulada, dado o seu interesse social e económico;
- O alargamento da oferta da RTP com novos serviços de programas (canais), numa primeira fase, garante a universalidade do acesso e serve o interesse público;
- O alargamento posterior da oferta a novos serviços de programas (canais), para além dos disponibilizados pela RTP, assim como a passagem para o HD será muito importante para o desenvolvimento da TDT.
- A exemplo de outros países europeus é necessário uma regulação concertada, que permita definir o modelo de evolução da TDT, que contemple o interesse social, o mercado audiovisual, as possibilidades tecnológicas futuras e a viabilidade económica.